ANNO 5.º — Sexta-feira, 20 de Dezembro de 1912 — NUMERO 252

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . 1$200 réis
Semestre . . . . 600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . 2$500 réis
Avulso . . . . 20 réis

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha . . . . 40 réis
Comunicados . . . . 20 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

A defêsa nacional

Ninguem infira do que vai lêr que eu condeno ou sou contrário aos esforços que se estão fazendo e aos sacrificios que possam vir a fazer-se para melhorar a defêsa nacional e colocar o país em condições de resistir vantajosamente a um golpe de mão audacioso dos nossos numerosos *amigos*...

Demais, em vários artigos, que o *Democrata* me tem dado a honra de inserir, eu tenho mostrado bem quanto desejo vêr o meu país ao abrigo de uma fórte defêsa, indicando ainda ha bem pouco, nos artigos em que tratei do *Perigo Hespanhol*, a necessidade de nos prepararmos imediatamente contra este natural inimigo.

Ora, vêm os grandes jornaes de Lisboa e Porto numa patriótica campanha, procurando levantar o espirito do nosso povo e preparar os brios nacionaes em favor das despêsas com a defêsa nacional e seguindo com a corrente já fortemente estabelecida na opinião pública, o govêrno tenta neste momento pôr em execução algumas medidas em relação á marinha de guerra, fazendo construir a chamada pequena esquadra.

Eis todavia que, contra a construção da pequena esquadra se levantam protéstos vários e entre êles os de autorisádos oficiais de marinha.

São justos? Não o são?

Vejâmos:

Todos os escritôres militares navais, baseados na sua própria observação e nos seus estudos, nos trabalhos dos grandes técnicos inglêses, francêses e alemãis, na opinião dos mais notáveis marinheiros das esquadras das grandes potencias, condenam a construção dos pequenos navios, da chamada *poeira naval*, que em combate de esquadras são elementos de segunda ordem.

Os grandes couraçados são hoje os unicos navios de esquadra e a base de toda a defêsa naval.

Muito bem. Isto é realmente intuitivo e não admite argumentos.

Portugal, portanto, precisa de uma esquadra de grandes unidades de combate para garantir a sua defêsa por mar e nêsse sentido já os jornais falaram em um prográma para a construção de tres *drenaughts* de 20:000 toneládas e outros navios auxiliáres.

Mas vamos agora ao amago da questão.

Tem Portugal o dinheiro necessário para êssa primeira divisão da futura esquadra? 45:000.000 de escudos só para a 1.ª divisão?

Tem onde ir buscá-lo?

Nem uma coisa nem outra.

Nem uma coisa nem outra! isto é positívo e categórico: nem uma coisa nem outra!!!

E os que exigem a construção da grande esquadra, indicáram já onde ir buscar êssa fabulósa sôma?

Tambem não.

Quer dizer: fala-se na grande esquadra, prepáram-se projectos, construem-se castélos no ar, mas ninguem diz, ninguem alude sequer ao dinheiro que tal esquadra custa.

Parece racional que antes da despêsa se prepáre o dinheiro para éla.

Já indicou onde ir buscálo, algum dos ilustres oficiais que tanto condenam a construção dos dois cruzadores que o govêrno vai mandar construir?

Responderão que isso é com os economistas; á marinha cumpre apenas dizer o que precisa para bem cumprir a sua missão.

Sem duvida. Mas já falaram os economistas?

Então para quê projectos que já sabêmos não poder pôr em execução porque não temos nem podêmos arranjar dinheiro para lhes fazer face?

Nós fômos sempre fantasistas.

Na primeira impressão sômos capazes de... ingulir o oceano, como disse o alicantino.

Nunca nos contentâmos com pouco e dêste espirito fantasista ha por todo êsse país desastradissimos documentos.

A lição que nos deixou Bento Ferreira de Almeida com o couraçado *Vasco da Gama*, devia servir de exemplo, mas sômos sempre os mesmos incorrigiveis insensatos, os mesmos impenitentes fantasistas.

Tinha-se projectado um emprestimo de 12 ou 15.000 contos para a compra de uma esquadra, aí por 1900, pondo-se de párte vários navios antiquados da nossa esquadra, entre êles o *Vasco da Gama*.

A fantasia nacional devaneou logo sobre o nosso futuro poderío naval e aprovou a condenação do *Vasco da Gama*.

Bento Ferreira de Almeida sai á estacáda em defêsa da transformação do navio. Agridem-no, atácam-no nos jornaes, nas revistas militares, no parlamento.

Bento Ferreira de Almeida, sorri-se da futura esquadra, ainda no papel e tanto teima no aproveitamento do navio que consegue levá-lo a Livorno e aí transformá-lo completamento.

A esquadra dos 15.000 contos nunca se construiu se sendo adquiridos os *manos arcanjos (S. Gabriel e S. Rafael)* e o *Vasco da Gama* aí está prestando bons serviços.

A grande esquadra não póde construir-se por estes dez ou quinze anos mais próximos porque não têmos dinheiro para éla, nem crédito para nóvos emprestimos, nem mais que empenhar.

Metade da receita anual é para encargos da divida pública. Se aumentam esta a receita não chega, sendo cérto que éla já deixa *déficit* todos os anos. O povo não póde pagar mais.

Deixem, pois, construír a pequena esquadra, porque se não a deixam construír ficam sem a pequena e sem a grande.

Que venham agora êsses cruzadores de 2.500 toneládas; pelo menos substituirão os existentes que já começam a envelhecer e assim haverá sempre alguns navios para tráino da marinhagem.

Se estes não vêm, os que estão acabam e ficâmos sem nenhum porque, convençâmo-nos disto: a grande esquadra é uma fantasia, é uma utopía nêstes 20 anos mais chegados.

Deixem vir a nós os pequenos cruzadores, deixem-se de fantasias que só nos ridicularisam, porque os *drenaugths* não passam do papel por mais voltas que lhes dêem nestes 20 anos mais proximos.

Lembrem-se da caturrice de Ferreira de Álmeida; se não fôsse ele, que conhecia bem a nossa infantilidade, nem tinhâmos a famosa esquadra que ficou no papel, nem o *Vasco da Gama*.

Humberto Beça

"O Democrata,,

Não se publíca na proxima semana, em que se comemora a «festa da Familia», este jornal.

Aproveitâmos a folga para pôr em dia a nossa escrituração, e pedindo desculpa aos assinantes, do pequeno interregno, queremos significar-lhes o desejo de que tenham muito bôas-festas e felizes entradas do novo ano, trigésimo de Republica.

Insurgiu-se, ha dias, o orgão miguelista de Lisboa, porque o chéfe duma estação postal mandou devolvidos ao pároco de Salvaterra de Magos uns proclamos com a seguinte nota:—*Aqui não ha prior nem é preciso.*

Olha a grande coisa: não ser preciso prior numa freguezia...

Se fosse outra a falta...

PROVOCAÇÕES

Posta de parte a ideia de por outrs modo obter o nosso silencio, a reduzida *antourage* do sr. Pereira da Cruz lembrou-se de nos provocar persuadida de que não temos a serenidade precisa para conhecermos onde quer chegar.

São espértos, os *firminos*! Todavía, ainda ha quem lhes perceba a finura...

Odio verde não nos faz mal...

Preparêmo-nos

Roma, 17—D. Afonso teve uma conversa com o rei Vitor a quem disse ter informações de que os monarquicos portuguêses preparam para breve uma restauração.

(Dos jornaes)

Não é novidade o assunto que este telegrama refere. Que de novo envidam esforços e reunem elementos para mais uma tentativa de restauração monarquica, não é segredo para ninguem. Que se faz um abundante contrabando de armas pela fronteira norte de Portugal, por onde passaram os bandidos que, por duas vezes, tentaram invadir o país, não é cousa que o mais indiferente não conheça. Que se procuram todos os pretextos especialmente junto do pessoal dos caminhos de ferro, incitando-o a uma gréve geral, como protésto a proposito de determinadas condições ainda não cumpridas pela companhia, quando das negociações para a liquidação da ultima gréve, qualquer está farto de o saber.

Que no espirito de todos os bons cidadãos assenta a convicção absolutissima de que é preciso liquidar de vez com tal situação profundamente perigosa para o prestigio e economia nacional, não ha sobre isso a mais leve dúvida.

Que devemos descrêr por absoluto das anunciádas panacêas, tendentes e acabar com este estado de guerra ao existente, dos que hoje, no Poder, abandonam por completo quanto lhe deveria merecer a maxima atenção, para se ocuparem apenas de *trucs* e habilidades politicas, sem outro proveito mais do que o prazer momentaneo das suas vaidades satisfeitas, é principio tambem assente no espirito público.

Que numa tolerancia criminosa o govêrno continúa a manter no exercicio das suas funções inimigos declarádos do regimen, como aqui está sucedendo, sem sequer lhe ordenar uma deslocação, tolerando outros que são públicamente acusados de crimes gravissimos, todos estâmos vendo isso.

Que aos republicanos sincéros, os que não esperaram pelo 5 de Outubro para fazer profissão de fé politica, cabe o dever de estarem preparádos para a liquidação imediáta, sem intervenção da autoridade judicial ou administrativa, da mais leve tentativa de reacção contra as instituições, é ponto decididamente assente no seu espirito.

Que não merécem confiança a ninguem devotadamente republicano, até ao sacrificio da vida, as já empregadas e absolutamente ineficazes medidas governamentaes de varios govêrnos contra as tentativas de rebelião, pela nenhuma energía e ineficaz resultado délas conseguido — é ponto sobejamente conhecido.

Que cabe, portanto, áqueles que fizeram a Republica, defendel-a, não só dos seus inimigos declarados, como ainda dos falsos e criminosamente fracos dirigentes, tendo nêssa defêsa de abandonar preceitos legaes, preceitos que apenas têm servido para acobertar os inimigos da Patria, é dever a que nenhum bom republicano póde fugir.

E assim nos devemos preparar para a luta decidida e feroz, para a qual nos provocam e chamam aqueles para quem tem havido a arruinar-lhe as intenções e as audacias, apenas a fraquêsa e as preocupações com a legalidade de processos a seguir na punição dos seus crimes.

Sabemos que existem documentos e cartas que justificam não só o que nos diz o telegrafo sobre a conversa de D. Afonso com seu

Em nome da Moral, em nome da Decencia, em nome da Equidade

O DEMOCRATA reclama a intervenção da autoridade superior do distrito para a solução do caso Pereira da Cruz

BASTA DE FARÇA!

BASTA DE TANTO IMPUDOR!

E' cada vez mais intensa e extensa a campanha, que por toda a parte se levanta, secundando a nossa, referente ao caso que nestes ultimos tempos mais tem prendido a atenção pública e que neste logar, com uma tenacidade verdadeiramente espartana aqui temos mantido, até que alguem, noutra parte ou por outro processo, secunde o protésto de fórma a que bem consagrado fique que a **Republica não protége nem agasálha, mantendo no exercicio das funcções que lhes proporcionáram o cometimento dos crimes que se apontam, aqueles que os praticam e que, por favor dos que os protégem, são pôstos a acoberto do castigo que merecem como prestigio á lei e á disciplina social, duramente ofendidas!**

Não nos tentem fazer calar com o argumento de que o criminoso **moralmente está castigado!**

Moralmente castigado estava êle antes mesmo de trazermos para a imprensa a discussão dêssa infamissima *chantage*, ha tanto tão desvergonhada, impudica e impunemente praticada!

O caso, porém, é que dêsse castigo não resulta que êle de novo não esteja habilitado ao cometimento do mesmo crime quantas vezes quizer!

O sr. dr. Manuel Pereira da Cruz continúa a desempenhar as mesmas funções oficiaes, tanto civís como militares!

Póde ámanhã, de respectiva farda e espada, repetir a sua exibição, para nós infinitamente comica é cérto, mas de muito efeito para o pobre indigena que foi sempre o melhor campo das suas burlas e indignas explorações!

A sua nova presença na Gafanha, devidamente uniformisado naquéla *béla* e *bélica* aparencia de Garibaldi de *pechisbeque*, resulta, sem duvida, mais um cento de contractos—não dizemos a 50$000 réis cada um—mas a 70 ou a 80, o que não será favor, quando é cérto que o *Mélro* já ha muito *assobiáva* por esse preço o mesmo serviço, sem atestados, mas com a enorme massada dum exame, que implicava desde a medição das *plantas* da vitima a uma auscultação minuciosa e completa, nos quaes exames muitas vezes o *chéfe da missão* levou quináus do *Mélro*... o que não é, para quem de pérto conhece aquêle, razão para admirações!...

Apesar de todo o castigo moral, o que é certo é que o sr. dr. Manuel Pereira da Cruz, sem outro trabalho mais do que o encomodo de ir, pessoalmente, desmentir as acusações inconfundiveis pela sua clarêsa e precisão que lhe faziam, aí continúa no desempenho de todos os seus cargos oficiaes, de que ha muito devia estar alheiado, porque... na 5.ª divisão militar, em Coimbra, alguem entendeu que faltavam provas para justificar a acusação!

E com isso, com esse facil processo de proteger burlas, e abafar ladroeiras, a Republica deixa que figue assim liquidado o maior dos escandalos, a mais revoltante vergonha, a mais infame das traficancias?

Não póde ser. Nunca tal consentirêmos com o nosso silencio ou com a nossa indiferença!

Não, milhões de vezes não, porque não foi isso que os homens da Republica, hoje Poder, hoje Govêrno, hoje Estado, prégaram ao país anos consecutivos, pregões que aqui repetimos centos de vezes!

Não, porque a Republica não póde ser transformada em ludibrio de ninguem nem o seu manto ser, como foi o da monarquia, transformado em capa de ladrões, em agasalho de criminosos.

A moralidade pública, a lei, o decôro, o regimen, com a impunidade do criminoso, estão sendo

---

tio, mas do mais que aqui referimos.

Devido á penna dum dos chéfes dos ultimos movimentos internos mais importantes, quando da segunda incursão, encarniçado inimigo da Republica, funccionário público atualmente fugido, e vivendo em S. João de Luz, lêmos o seguinte:

«Em bréve, muito em bréve mesmo aí entrarei de cabeça bem erguida, reintegrado no meu logar, se outro não merecer, e então ajustarei contas com tantos quantos tiver de as ajustar.

«Não descançâmos nem abandonâmos a nossa causa sem cumprir o seu completo triunfo.

«Julgarem o contrário é errar profunmente.

«O tempo o dirá».

Pois seja; o tempo dirá quem se engana.

O partido republicano tem de contar só comsigo, exclusivamente com os meios de defêsa que têm ao seu alcance.

Nada mais.

E assim ficâmos entendidos.

Quando chegar o momento em que todos tivermos de cumprir o nosso dever, sem outra preocupação mais do que a defêsa da Republica, a éla só temos de acudir, empregando para isso todos os meios, todos os sistêmas, todos os processos, porque todos êles são finalmente bons.

E quem não fôr por nós é contra nós.

Preparêmo-nos e que cada um cumpra com o seu dever por mais doloroso, por mais violento que ele seja.

A isso sômos forçados.

duramente agravádos. E' indispensavel que todas as heranças, todas as sobrevivencias de crimes e de corrução que os homens trouxeram da monarquia, acabem de uma vez para sempre.

O contrário será a continuação revoltante e indigna do passado corrupto e pôdre, que não queremos aceitar, que não permitimos possa subsistir.

Um dos nossos colégas do distrito lembrou a necessidade de que sejam instaurados os respectivos processos disciplinares que os srs. governador civil e presidente da câmara tem a faculdade e o dever de mandar instruir.

A esta alusão verdadeiramente moral e justa, e mais ainda—logicamente legal—nos referimos ao nosso numero passado de maneira a não oferecer dúvida qual era a espectativa não só nossa, como de todos quantos se empenham e interessam na liquidação deste caso profundamente vergonhoso e revoltante.

Até agora não nos consta que nenhum dos funcionarios aberta e francamente atingidos na nossa alusão, no nosso apêlo, que já secundava outro, tenha dado ordem para que taes processos sejam iniciados.

E' tarde? Não.

Esperarêmos. Saber esperar é vencer—dil-o a sabedoría das nações. Fsperêmos, pois. Esperêmos sem comtudo arredar pé do nosso posto, sem nos afastarmos uma linha da nossa atitude, da nossa conduta, que, traduzindo a intensidade deste sentimento de revolta—não contra a individualidade para nós absolutamente indiferente da pessoa do sr. Manuel Pereira da Cruz—mas contra o responsavel moral e legal dos crimes a que aqui se alude, seja ele quem fôr, traduz e implica tambem a do espirito publico magoado e revoltado contra o que se está passando.

O sr. governador civil não póde esquivar-se, sem grâve desdouro para a sua autoridade de, no campo da sua acção como autoridade superior do distrito e fiscal supremo da lei e do prestigio das instituições, proceder ao indispensavel e imprescindivel apuramento da verdade, para pedir a devida responsabilidade a quem a tiver!

Ao sr. presidente da câmara, igual dever cabe, por certo, no apuramento de responsabilidade do medico municipal francamente apontado, como criminoso, como responsavel das gravissimas culpas que sem rodeios, nem receios, lhes são assacádas!

A continuação do que ocorre, não póde prolongar-se!

A justiça ha-de ferir, deverá castigar todos quantos prevaricam. Tanto mais quanto é certo, que pelo mesmo delito condenádos fôram cumplices dos que por aí andam ainda na pósse de todos os seus cargos oficiaes com grâve escandalo público e não menos grâves ofensas ás instituições.

Repetimos: **a Republica não protége nem agasálha, mantendo no exercicio das suas funções que lhes proporcionáram o cometimento dos crimes que se apontam, aqueles que os praticam e que, por favor, são postos a acoberto do castigo que merecem como prestigio á lei e á disciplina social, duramente ofendidos.**

Não. Para honra déla já castigou ultimamente quatro desses criminosos que se apresentávam a contratar, por dinheiro, a isenção de mancebos do serviço militar.

Vamos ao résto. O sr. Pereira da Cruz, apesar de ser *tenente medico miliciano, medico municipal no concelho, delegado de saude no distrito, homem politico, politico republicano e republicano democratico,* perante a lei, não é mais que o *Mélro*, o *Cancélas*, o *José Cuco* e o *Sarrilhas*. Deve ser castigado.

Exige-o a moral, exige-o a decencia, exige-o a equidade!

José Salvadôr

Medico-cirurgião

CLINICA GERAL

Doenças dos olhos

Doenças das vias urinarias

Consultas e tratamentos diarios, das 10 horas da manhã ás 2 horas da tarde.

(Gratis aos pobres)

Rua do Passeio Alegre, 36

ESPINHO

RECORDANDO

Um verdadeiro juiz

O. de Azemeis, 18

Ha factos que nos férem tanto a sensibilidade que não ha decorrer de tempo que os apague.

E o acto de pósse do atual presidente dos tribunaes désta comarca, dr. juiz Pereira Zagálo, pertence a éssa categoría.

Tenho-o tão bem presente na memoria, como se fôsse hoje o dia em que se realisou, apesar de já terem passado bastantes mezes.

Na sala dos tribunaes oliveirenses achava-se então representada toda a gama social désta vila e uma garfa, não pequena, da *élite* de Alcobaça. Eram uns para vêr e observar o novo juiz; eram outros para ter mais uma vez o prazer de sentir a amavel e inteligente convivencia do que, durante anos, foi em Alcobaça o cidadão digno e honesto e o juiz sabedor e amante da justiça, mas déssa justiça que estrangúla sem piedade o vicio da prostituição, do favoritismo, predilecta da corrúta politica portuguêsa.

Com o coração golpeádo pela saudade mas com a independencia dos caracteres imaculados, esses alcobacenses vieram, com a sua presença e com as suas palavras, dizer-nos que Oliveira de Azemeis ia receber no seu seio um dos poucos juizes da magistratura portuguêsa com que a Republica póde afoitamente contar para a obra de saneamento moral de que tanto caréce a sociedade lusitana.

Nesse acto de pósse, obedecendo ao meu dever de presidente da comissão municipal administrativa, em desempenho de funções de juiz substituto, e principalmente á convicção dos meus ideaes, tive a ousadía de fazer ouvir a minha voz, saudando o novo juiz, não com *bouquets* de retórica, mas com a sinceridade de quem arca com as responsabilidades de todas as palavras que pronuncía, de todos os actos que pratíca. E recordo-me que disse que Oliveira de Azemeis é um jardim e como tal S. Ex.ª, o dr. Pereira Zagálo, devia entrar nésta vila, acautelando-se dos espinhos que as rosas mais perfumadas escondem com o artistico das suas *toilétes* multicôres. E se éssa advertencia lhe fiz, era para que, ao deixar-nos, a saudade pranteada pelos alcobacenses em nós se repercutisse com egual intensidade e para que *o cristal das paredes do cofre da sua alma* não fôsse manchado pelo risônho bafejar da malévola intriga londrina.

Então houve alguem que me censurasse por ter usado duma franqueza causticante numa festa de receção. Não me causou espanto a censura nem me fez oscilar no arrependimento, porque não queria que o dr. Pereira Zagálo, dotado de qualidades tão raras na época que atravessâmos, pisásse ésta Londres do distrito sem ter pessoa alguma que lhe descrevesse a psicología désta sociedade e os seus habitos inveterádos até á médula, sem ter quem lhe dissesse publicamente que não se deixasse adormecer sobre o tapetádo da paisagem pelos arômas inebriantes das suas flôres as mais ricas.

Não fiz éssa pública advertencia para me salientar, como vózes abafádas se esforçáram por traduzir, mas simplesmente para obedecer ao habito da minha vida prática—não encobrir ao hospede as pobrezas da casa.

Revolta-me esconder o esburacádo das paredes e o carcomido dos moveis com as baixélas e os adamascádos que, por especial favor ou por mesiricordia, o visinho rico e luxuoso pôz á minha disposição. Prefiro apresentar-me esfarrapádo mas sem manchas e de cabeça livre, mostrando-me pobre mas escrávo apenas dum ideal, senhor duma opinião própria.

Causa-me nôjo vêr individuos de espinha curváda, desfazendo-se em salamaléques estudádos, para angariar superioridades sociaes, que os seus conhecimentos e merecimentos négam a cada instante. Inunda-se-me a alma de alegria ao contemplar um operario metido na sua blusa de trabalho dizer, com franqueza, o que sente e pensa, sorrindo-se com desprezo das ameaças que o patrão feudal, escravisante, lhe aponta, se não disser apenas aquilo que ele lhe recomendou na ultima conversa que tiveram.

Simpatíso imenso com o cidadão, que, elevado na sociedade pelos seus dótes intelectuaes e educativos, ao estender a mão em cumprimento, olha sómente para a honradez do cumprimentado, esquecendo por completo se é a blusa que volta da oficina, se é a casáca que tráz ainda o arôma do alcatifado das salas. Antipatíso solenemente com aquele que não vê o pobre por ser pobre, que bajula o rico por ter esperanças de que um dia póde dêle vir a precisar.

E o juiz Pereira Zagálo tanto olha para o rico como para o pobre, tanto respeita a blusa como o encasacádo, contanto que nem um nem outro pense que lhe amarram a mão para não cumprir com os seus deveres profissionaes. Se alguem tentar angariar superioridades ou influencias politicas á custa da sua béca, despreza-o com repulsão, com nôjo, castigando-o, dentro da legalidade, pelo seu procedimento baixo.

Foi o que aconteceu ha pouco tempo ainda nos tribunaes désta comarca.

Um réu, habituado á influencia dos caciques politicos e confiádo nas preponderancias e promêssas desses mercadores da dignidade alheia, lembrou-se de pôr em cêna éssas relações, éssas influencias, para que o juiz Pereira Zagálo vergásse a pêna ao escrever a sentença que tinha de sobre esse réu proferir. E foi bater á porta desses caciques, que apressádamente lhe prometeram, com ares de quem é atendido, recomendar a sua pretensão.

Escreveram cartas e fizéram chegar até ao dr. juiz as suas exigencias. Mas o juiz Pereira Zagálo, ao ter conhecimento déssas manobras, revoltou-se, sentindo amargamente o ataque á sua dignidade de cidadão e á sua integridade de julgador. E perante todo o auditório, que no dia desse julgamento respiráva portas a dentro dos tribunaes, descreveu a afronta que lhe haviam feito, confessou abertamente a sua mágua e protestou perante todos que *jámais a sua pêna de juiz se vergáva a imposições ou manejos politicos e que, quando não se sentisse com forças para cumprir dignamente a sua profissão, rasgava a béca e deixava de ser juiz.*

E condenou o réu a cadeia contra a vontade manifestada nas deligencias do peditório repugnante.

Ao ter conhecimento do que haviam feito ao digno juiz Pereira Zagálo, transportei-me ao dia da pósse; a minha memória repetiu as fráses que então eu havia pronunciádo, e o meu coração, em colera vibrando, chorou a infamia com que tentaram cuspir o *cristal das paredes do cofre da sua alma* e a saudade dos alcobacenses que tanto o estremecem e respeitam.

Mas, sr. juiz Pereira Zagálo: se a sua nóbre conduta foi mordentemente censuráda por algumas pessoas que lhe apertam a mão entre sorrisos e salamaléques, oliveirenses houve que, em côro unisono, lastimáram, revoltádos, que em todas as repartições públicas deste concelho não hajam homens do estôfo moral de V. Ex.ª.

Se todos os representantes da autoridade tivessem a envergadura do juiz Pereira Zagálo, a Republica portuguêsa hoje estáva a satisfazer os compromissos mais soberanos e patrioticos que os republicanos tomaram durante a propaganda no tempo da monarquia. Com cidadãos assim, Portugal estava hoje onde devia estar.

O dr. Pereira Zagálo é um juiz exemplarissimo que merece de todo o republicano sincéro o dever de protestar contra esses ataques infames, de o encostar ao peito como o mais lidimo e leal defensor da nossa querida Republica.

O medico, **Lopes de Oliveira**

Cinematografo

Com larga concorrencia de espectadores, inaugurou-se ontem no *Teatro Aveirense*, as sessões cinematograficas, concluidos que fôram os trabalhos de montagem do aparelho e instalação da luz electrica, em todo o edificio, pela casa *Siemens*, sob a direcção do engenheiro Artur Mendes da Costa, podendo-se dizer que todos os elogios que cábem aos promotores dos importantes melhoramentos que ali se introduziram, são poucos em relação ao que se vê e que os aveirenses, acionistas do teatro, familia e imprensa, a quem a primeira sessão foi exclusivamente dedicada, justamente apreciáram tecendo encomios á direcção que os levou a efeito.

O motor, fornecido pelos srs. F. Street & C.ª, é tambem uma béla aquisição que o teatro fez pela garantía da luz electrica, hoje indispensavel, e que muito ha-de concorrer para a vinda de bôas companhias a esta cidade.

Emfim: nós louvâmos mais uma vez a direcção de teatro porque em pouco tempo de administração não se lhe póde exigir mais, nem melhor.

A amnistia

Poucas vezes lêmos a *Nação*; mas quando por acaso se nos depára, curiosos como sômos, passâmol-a pela vista e isso nos basta para desopilar o figado em presença de tanto disláte, quando não de tanta parvoiçada.

Veja-se ésta, por exemplo:

A amnistia impõe-se agora como um acto de justiça, de humanidade e de confraternisação visto aproximar-se o dia em que a Egreja Católica comemora o nascimento bemdito do Filho de Deus.

Indubitavelmente, a *Nação* delíra. Porque só assim se comprehende a lembrança duma amnistia *no dia em que a Egreja Católica comemora o nascimento bemdito do Filho de Deus!*...

Chega a ter piáda.

Muito grâve

Partiu ante-ontem para Lisboa o sr. Ribeiro de Almeida, governador civil do distrito, que junto do govêrno central vai tratar de diversos assuntos respeitantes a esta circunscrição e em especial do caso a que nos reportámos no numero passado referente ás acusações feitas no *Seculo* sobre o serviço de passaportes em Aveiro.

Com efeito este assunto é dos que demandam da maxima atenção e o sr. Ribeiro de Almeida tratando dêle a sério não faz mais do que trabalhar para que, á repartição de que é chefe, seja garantido o respeito e a confiança devidos, visto o alarme produzido na opinião pública ao ter conhecimento do artigo do *Seculo*.

Pois quê? Quererá alguem julgar que nós, pedindo que se fassa luz que, claramente, nos mostre toda a verdade das acusações lançadas contra uma das primeiras repartições do distrito, temos em mente atingir qualquer dos seus empregados, não distinguindo mesmo aquêles com quem mais de pérto privâmos e cuja vida burocratica está acima de qualquer suspeita? E' possivel, sim, é possivel que aí haja quem tenha visto nas nossas palavras de sexta-feira insinuações, que não existem, ou apreciações que nunca poderiâmos fazer exatamente por não termos elementos para isso. Mas alguma coisa dissémos e disso não nos arrependemos porque o contrário sería traír a nossa missão. Dissémos que éra preciso apurar até que ponto o *Seculo*, que se tornou éco dum documento apresentádo ao sr. ministro do interior, falava verdade. Dissémos e pedimos, no proprio interesse dos empregados do govêrno civil, que fôsse chamado á responsabilidade das suas afirmações o individuo que em público ousou aplidar a repartição distrital de Aveiro de *ninho de guinchos*, como se isso se pudésse admitir dentro do atual regimen. Não queriam que assim procedessemos? São modos de vêr. Mas tanto a razão está por nosso lado, que o sr. governador civil, indo a Lisboa expôr ás instancias superiores o que se passa, tambem outra coisa não tem em mira que não seja desanuviar a atmosféra de suspeita que pésa hoje sobre a sua repartição.

Mesmo porque não é com cartas idiotas, cuja sumula é a moralidade do sapateiro de Braga, que a questão se hade resolver.

VENTOSAS

Vai mau o tempo p'ra piada:
co'este frio de rachar
tenho a musa constipada
e a rima quasi a esticar.
A chalaça anda encravada,

O verso com defluxeira,
o assunto sempre a tossir,
o ridic'lo de pingueira,
a troça não quer cá vir
e eu sem encontrar asneira

p'r'aplicar uma ventosa...
A volta do Mijarêta,
com quatro dêdos de prosa
era assunto de chupêta
em quadra menos famosa!...

Mas—demonio!—no Natal,
que eu tinha agora um rosário
p'ra desfiar!... Por meu mal
tenho a... cruz!... *falta o Calvário...*
Guineus... *ha!... cincoenta e tal...*

Mas, meu leitor, meu fichú!
p'las maçadas que me dás
co'as ventosas, *vê lá tu...*
é Natal e se és capaz
manda-me ao menos um... p'rú...

***

AINDA O CASO PEREIRA DA CRUZ

De *O Povo de Agueda*:

Prometêmos no ultimo numero do *Povo de Agueda* publicar o documento *numero dois* que o *Democrata* inseriu. Já os leitores viram que este extranho caso que a penna fustigante de Arnaldo Ribeiro tem, com denodo e decisão, desvendado aos leitores do *Democrata* é na verdade grâve e exige da parte dos poderes constituidos para defêsa do proprio regimen republicano a atenção que as questões de moralidade merécem.

Os regimens politicos que quizérem viver cercados de uma auréola de honestidade tem que assentar em bases de uma austéra moral e toda a tentativa que por ventura se faça para abafar a acção serena da justiça nada mais é do que um crime.

Nós não queremos afirmar que politicos houve que patrocinaram o medico Pereira da Cruz. Disso não temos conhecimento, porque se conhecimento e provas tivéssemos não nos escondiamos em o afirmar de uma maneira peremtoria e positiva.

Mas vâmos ao documento.

Como o leitor depreenderá da sua leitura o sr. José Nunes Coelho acusa o medico miliciano Pereira da Cruz de ter contractado com êle o livramento do filho por *cincoenta mil reis*. E' verdade que o rapaz ficou apurado, mas o facto talvez seja indicio de que os medicos não se vergaram á empenhoca.

Documento n.º 2

José Nunes Coelho, viuvo, proprietario, morador no Bomsucesso, freguezia de Arada dêste concelho de Aveiro, de sua livre e expontanea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma e perante as testemunhas abaixo designadas, declara que, tendo um filho de nome José Nunes Coelho, que entrou na inspecção para o serviço militar no ano de mil novecentos e quatro, se dirigiu por essa ocasião e a conselho dum amigo, ao medico Manuel Pereira da Cruz para o efeito de o livrar de entrar nas fileiras do exercito visto ser considerado como um bom empenho perante a junta dêsse tempo. Uma vez apresentado ao referido medico contratou com êle ecfetivamente o livramento do rapaz **mediante a quantia de cincoenta mil reis que, dias depois, depositou nas suas mãos.** *O rapaz, porém, tendo ido á inspecção não ficou livre, como o declarante esperava, mas sim apurado para cavalaria valendo-lhe o não ter ido para militar o numero alto que a seguir tirou, segundo lhe parece o vinte e oito. Nésta conformidade dirigiu-se a casa do medico Manuel Pereira da Cruz a participar-lhe o sucedido dizendo-lhe aquêle que já sabia: mas que havia de averiguar como aquilo tinha sido tocado; e puchando dos cincoenta mil reis entregou-os de novo ao declarante que lhe perguntou quanto lhe tinha a dar pelo atestado que êle, Pereira da Cruz, havia passado ao dito seu filho para este entregar á Junta. O sr. Manuel Pereira da Cruz respondeu-lhe que custava* **tres mil reis** *mas êle, declarante, achava-se tão satisfeito por o seu filho ter livrado pelo numero, que lhe deu mais cinco tostões entregando-lhe por isso peto referido atestado* **tres mil e quinhentos reis.** *E por ser verdade de tudo quanto exposto fica, vai o presente, depois de ser lido em voz alta perante mim e ditas testemunhas, ser assinado por estas e o declarante.*

Aveiro, trinta de agosto de mil novecentos e doze.

(a) José Nunes Coelho.

Testemunhas

Antonio Tavares Lebre
Alberto João Rosa
José Migueis Picado Junior
Amandio Ribeiro da Rocha
Francisco Matos Junior.

(Segue-se o reconhecimento e outras formalidades da lei, pelo notário dr. André dos Reis.)

Lêram os leitores o documento? Mediram-lhe o alcance?

Avaliaram-lhe o significado? Observaram a questão? Pois novamente fiquem sabendo que depois dêstes testemunhos que falam claro, que gritam alto, o processo contra o medico miliciano Pereira da Cruz foi arquivado!

Ha aí republicanos no concelho de Agueda e no districto de Aveiro que teem, depois de formados os partidos, seguido com simpatía a nossa carreira politica; pois para esses voltâmos a face e dizemos bem alto que jámais descreiam da Republica; mas bradâmos-lhes que as questões de moralidade não são dêste ou daquêle regimen: pertencem aos politicos sem escrupulos que não são de opinião que a acção da justiça se exerça criteriosamente, para lançar luz a jorros sobre um caso nebuloso.

Prevaricou o medico miliciano Pereira da Cruz?

O promotor de justiça militar da 5.ª divisão entendeu que o processo devia ser arquivado? Pois nós simplesmente julgâmos que o processo devia proseguir para, ou deixar ilibada a honra do Pereira da Cruz ou para plena e positivamente justificar a justa campanha de Arnaldo Ribeiro, o destimido e brilhante jornalista de Aveiro.

Mas nada disso aconteceu.

Não está encarcerado nas prisões o medico Pereira da Cruz nem por este Arnaldo Ribeiro foi chamado aos tribunais.

*

O sr. Firmino de Vilhena, director do *Campeão das Provincias*, *enpant gatée* do deputado democratico Barbosa de Magalhães, chamou aos tribunais o brilhante jornalista Arnaldo Ribeiro.

Queremos aqui significar a quanta estima e consideração que temos pelo director do *Democrata* desde os amargos periodos da oposição emquanto os atuaes republicanos democraticos, defensores de Pereira da Cruz, bajulavam o Paço e rastejavam ignobilmente deante de Manuel de Bragança, num servilismo nauseante.

Em presença de campanhas como esta só temos que aplaudil-as com calor e perante a opinião pública dar todo o apoio a Arnaldo Ribeiro o valente caudilho republicano dos tempos da monarquia que jámais traiu a sua fé, antes defendeu com calor os mais austéros principios democraticos quando outros os calcavam a pés juntos em defêsa da monarquia abjecta.

Nas questões de moralidade não ha conservadores, nem avançados: simplesmente se juntam e irmanam os apostolos de uma Republica séria, honrada e limpa.

Primeiro que tudo, cumprenos agradecer ao *Povo de Agueda* a extrema amabilidade com que se dirige ao director do *Democrata*, amabilidade que atingiu taes proporções que nos vêmos obrigádos a pedir ao colégа, que, se é nosso amigo, nos não torne mais a chamar *jornalista* nem tão pouco *caudilho republicano* porque, de facto, nem uma nem outra coisa sômos.

O *Democrata* é um jornal onde não escreve só o seu director. Arnaldo Ribeiro não tem nem quer ter éssas pretenções, posto que seja êle um dos que mais trabalha e lhe dedica maior sôma de atenção, de actividade. O *Democrata* tem outros colaboradores, auxiliáres, que lhe dão egualmente vida e cujo conjunto, harmonico, faz deste jornal republicano o que poucos têem logrado ser com respeito ao acolhimento público, que nunca o desamparou. Se alguma gloria, portanto, se ha conquistádo, éssa não pertence individualmente nem a Arnaldo Ribeiro nem aos seus colaboradores. Pertence a todos. Pertence ao *Democrata*.

Já vê, pois, o *Povo de Agueda* que não ha razão para chamar a Arnaldo Ribeiro *jornalista* ou *caudilho*. Basta que o conheçam, quando muito, como republicano o que nos tempos que vão correndo já é favor. *Jornalistas* e *caudilhos* ha cá muitos. São gente superior, cheia de talento e

com habilidade, que nós nunca tivémos, como tal reconhecidos. . por êles proprios. Enfileirar a seu lado sería, portanto, irrisório para nós, que muito bem nos conhecemos, e por isso nos não sôa bem ao ouvido a distinção que colégas e amigos nos querem dár.

Queira perdoar o *Povo de Agueda* este devaneio de capital importancia para quem só tem trabalhado por amôr á Republica sem nunca fazer caso de honras, que não estão no seu feitio e, posto isto, deixe-nos dizer-lhe que na questão Pereira da Cruz não havia, realmente, de existir *conservadores*, nem *avançados*, mas só republicanos que exigissem do regimen o cumprimento da lei visto tratar-se dum caso de moralidade e de interesse para o proprio regimen, que se vê claramente navegar nas mesmas aguas da monarquia, quando abáfa escandalos da naturêsa de aquêles que vimos escalpelando, ha quatro mezes consecutivos, com o apoio da opinião pública e da imprensa digna e imparcial, que de muito nos têm valido, incutindonos alento para caminharmos até onde é preciso ir, porque assim o exige a decencia, a moral e a dignidade da Republica. Sim; não haviam de existir *conservadores* nem *avançados* quando se trata de questões de moralidade. Isso é uma verdade incontestavel.

Vê-se, porém, que apezar de republicanos aparecerem que assim pensem, poucos são capazes de seguir éssa teoría. Hoje, como ontem, continúa-se vivendo a mesma vida, porque se é cérto que as instituições mudáram, os homens são os mesmos, e esses, quando eivados de vicios como os do tenente medico miliciano Pereira da Cruz, sabem bem que desde que lhes não falte a protecção de cima, pódem praticar toda a sórte de crimes porque a lei os não atinge. Esta, se existe, o que não oferéce dúvidas, é para o *Mélro*, para o *José Cuco*, para o *Cancélas* e para o *Sarrilhas*. O sr. Pereira da Cruz, réu do mesmo delicto, ou porque seja um *intelectual* ou porque a sua *posição social* lhe dê fóros de intangivel, ri-se cinicamente, desvergonhadamente dos que lhe chamam *escroc!* E de quem é a culpa? Dos republicanos e só dêstes. *Conservadores* e *avançados* que se não importam de macular a Republica protegendo individuos que só a desonram, desonrando os partidos em que se dizem filiádos.

O *Povo de Agueda* apenas numa coisa errou: é em afirmar que *nas questões de moralidade não ha conservadores nem avançados: simplesmente se juntam e irmanam os apostolos duma Republica séria, honrada e limpa.*

Assim devería ser. Mas os factos são factos e o colégа veja se isso se dá... no geral.

Atenção

Sabemos que se acha á venda, em algumas farmacias, um xarope contra a tosse denominado: *segundo a fórmula Famel.* A formula Famel não é pública e o lactato de creosota descoberto por Famel é propriedade exclusiva do inventor; não póde ser imitado.

Cautela, pois, se quereis curar a vossa tosse ou bronquite; exigí o o **Xarope Famel** legitimo, e, como garantia, o nome do agente exclusivo para Portugal e colonias: *J. Deligant*, 15, rua dos Sapateiros, Lisboa, em cada face da caixa. Preço, 1$200 reis.

UM DEVANEIO

Em 1755 era Sebastião de Carvalho conde de Oeiras. Este Sebastião foi mais tarde o *Grande Marquez de Pombal*, assim cognominado pelas nações nossas circunvisinhas, por ter remodelado a sociedade.

Raciocinava claro e via um seculo adeante, como o demonstrou na reconstrução da cidade baixa de Lisboa.

Foi induvitavelmente cruel, isso ninguem o póde contestar. Plantou uma floresta imensa de amoreiras para produzirem a sêda, mas tambem soube plantar outra floresta incomensuravel de civilisação, que regou com sangue!

Era vingativo e conhecia os seus inimigos.

Soube vêr com os seus olhos de aguia, a trama que os jesuitas lhe urdiam na sombra. Depois de meticuloso estudo íntimo, conseguiu sondar-lhes as manhas astutas. Concentrado como éra, nada deixou transpirar, aguardando a ocasião oportuna para desfechar o golpe fatal. E desfechou.

Vâmos vêl-o nésta época, primeiro ministro de D. José I, sentado á sua carteira, no Terreiro do Paço.

Sentiu-se o primeiro tremôr de terra. Tudo fugiu espavorido. Sentiu-se o segundo e êle, invulneravel, mesmo, contra os elementos, desceu metodicamente a escadaría, e ficou no meio do Terreiro do Paço olhando em todas as direcções, de braços cruzados, assistindo, emfim, ao desmoronamento da cidade de Lisboa.

Era o fatal terramoto!

Era a terra em convulsões nervosas rasgando o proprio seio com garras de fogo, aterrorisando a famosa Ulissea, reduzindo a sua cidade a escombros em cuja derrocada iam ficando sepultadas milhares de vitimas da fatal catastrofe.

Esse indomito leão que se chama o mar, fez recuar o Tejo, amedrontado, que, vomitou as suas iras sobre a capital da Luzitania. Avançou pelo Terreiro do Passo, incutindo ainda maior terror ás vitimas que imploravam, piedosas, a protecção celestial.

A prisão denominada *Limoeiro* tambem se desmoronava emquanto os seus habitantes, fascinoras e tudo de aí para baixo, aproveitando o ensejo, em debandada pela cidade, colhiam em seára alheia, valores monetarios com o acrescimo da violação de donzelas!

O *Grande* homem olhou, viu tudo, impassivel!

Quando julgou oportuna a ocasião foi dar contas ao seu Rei e Senhor: dirigiu-se ao Paço.

Aguardava-o ali, D. José e o duque de Aveiro, este, intrigando o marquez, cujas ultimas palavras lhe chegaram aos ouvidos.

D. José interrogava o duque: *—aonde estará o meu primeiro ministro?*

E... o duque, respondia-lhe: *Decérto a cuidar da sua familia que bem mais o interessa.*

Chega Sebastião, e D. José interroga-o:—*Aonde tens estado?*

E, o grande Marquês: *a vêr desmoronar a cidade, meu senhor.*

—*Que devêmos fazer?* pergunta D. José.

O duque, responde de pronto e anticipadamente:

Tratar dos vivos e enterrar os mortos.

D. José:

—*Que dizes Sebastião?*

Sebastião:

—Sou da opinião do sr. duque..

. . . .

Sebastião conhecia os jesuitas, e reservou-se...

* * *

O conde de Oeiras, mandou colocar uma fôrca em cada rua da cidade, desde que viu surgir dos escombros do Limoeiro, a cafila de condenádos a que o fatal terramoto deu fuga e que iam cometendo latrocinios de toda a especie associados com violencias infames contra o pudôr de donzelas castas.

Para estes é que o grande Pombal era rigoroso!

A cidade, jazia em ruinas!

D. José I interrogáva o seu primeiro ministro:

—Sebastião, foi-se a minha linda cidade?

E Pombal respondia-lhe.

—Senhor, tereis outra mais béla!...

Isto é formidavel!

Aonde se chama hoje a catedral-Queimada, o conde de Oeiras, de braços cruzados, planeava a sua gloria: a reedificação de Lisboa.

Via a seus pés os escombros do terramoto, tal como via um seculo adeante a nova cidade *de marmore e de granito, á beira do mar plantada.*

. . . .

* * *

O vento soprava em prol dos jesuitas, porque o duque de Aveiro e a marquêsa de Távora, tambem se banqueteavam na mesma sórdida mêsa!...

O padre Malagrida fazia estendal dos seus milagres, outr'ora feitos nas terras de Santa Cruz, enquanto de mãos dadas com Miguel Nogueira e Gaspar de Lemos, urdiam, de baixo da maior hipocrisía, a *bela têa* que conduziu os duques de Aveiro e os marquêses de Távora, ao cadafalso.

Os canalhas aproveitavam-se de tudo! Conheceram a pobreza de espirito do duque como conheceram a vaidade da marquêsa.

E'sta, levada pelo fanatismo jesuitico, chegou a dizer que antes queria *ser rainha uma hora, que duquêsa toda a vida.*

Ao duque, essa récua de traficantes, fez antever a sucessão do trono pela morte de D. José I.

O imbecil caíu como parvo, que era, no redil que os criminosos traficantes lhe incutiram no animo.

A inoculação do veneno, surtiu o efeito desejado pela canalha tôrpe.

Foi assim que, quando D. José I acabava de sair de casa da sua amante, tambem Távora foi assaltado pelo duque e seus assalariados, cuja tentativa não surtiu o efeito desejado.

Feriram, mas não mataram.

Foi movidos por essa cáfila de bandidos que o duque e a marquêsa foram moral e mutuamente assassinos.

Foi assim que os canalhas da *Seita Negra* levaram ao cadafalso os nobres de Portugal, enquanto escondidos na sombra tramavam outra aventura!

O marquês de Pombal, então conde de Oeiras, foi barbaro, mas soube dar uma lição ao mundo. Mandou-os trocidar a todos!

A marquêsa quando ia ser decapitada e o carrasco a queria despir para lhe envergar o fato que era dado aos supliciados, ainda bradou bem alto com a vaidade que era linitivo á sua vida:

Mata-me, mas não me deponhas!

Mulher formidavel!

E o pobre José Tavora, na frescura dos seus anos, sem culplicidade alguma na tentativa de regicidio, beijava, ortodoxamente, a fita, presente da sua namorada, para prender a sua cabeleira linda, e dizia:

—Mata-me agora!...

Linda poesia! não acham, meus bons compatriotas?

Não... não segui a vossa crença; tirai dos vossos celeiros o que tendes de melhor para acalentar viboras, que pervertem a vossa alma de justos, que se deixam ir na aluvião do pecádo!

Pois quê? Não será um verdadeiro sacrilegio, um crime de lesa religião cristã mesmo contra os mandamentos da egreja, negar um *ceitil* a um faminto, para o fazer reverter em prol dos sevandijas que vos deturpam a consciencia?

Elês exploram-vos tudo quanto tendes de sublime. A sua religião é não ter patria, nem amor, nem familia. São toupeiras que fazem tudo na sombra. Cada jesúita é uma praga que vos cái em casa. Uzurpa-vos o dinheiro, o que tendes de bom na vossa consciencia e ás vezes acabam por vos prostituir as esposas ou as filhas.

Mas que digo eu? A's vezes, não. Elês desrespeitam o dogma e este precioso crime não lhes pesa na consciencia.

Ouvi estas verdades e ponderai-as; metei a mão na vossa consciencia e vereis que me não afasto muito do que nos dizem o melhor de 3 seculos da nossa historia manchada por essa matilha de vadios.

. . . .

O marquês de Pombal, viu tudo!... Reconheceu nêles os verdadeiros criminosos no atentado de regicidio. Matou os Aveiros e os Távoras para que o sangue déssa raça vil não manchasse o solo Luzitano.

Expatriou-os para a Italia, em logar de os ter expatriado para fóra das fronteiras do globo!...

E agora? São passados mais de 3 seculos da historia vergonhosa da nossa Nação, cuja mancha nos foi inoculada pela *Seita Negra.*

Ha mais de um seculo que morreu o Grande Marquês, cuja alma resurgiu e encarnou em Afonso Costa.

Nós sabemos respeitar o dogma, mas não queremos uzurpistas, renegâmos os cristãos falsos.

Compenetrem-se duma vez para todo o sempre, os meninos de Ignacio que:

> *Ut silvae foliis pronos mutantur in annos,*
> *Prima cadunt; ita verborum vetus interit atas,*
> *Et juvenum ritu florent moda nata, vigentque.*

. . . .

Se o Afonso VII desistir do seu bom proposito, tem filhos que lhe sucedam e algum dêles, consumando a obra pombalina, hade chamar-se Afonso VIII!

Alquerubim.

Acacio

Vêr na 4.ª pagina
ULTILA HORA

Comunicados

A questão da casa da aula do sexo masculino da Palhaça

Um homem que tivésse dois dêdos de senso não se atreveria a escrever um artigo como o do sr. Caládo, que teria feito uma bonita figura se estivésse de acordo com o seu nome. Quiz o sr. Caládo falar uma vez para convencer o sr. inspector do que particularmente lhe tem dito sobre esta questão. Mas fel-o com tanta infelicidade que o proprio sr. inspector de Anadia deve estar realmente convencido que o tem enganado. Simplesmente numa coisa não ha engano: é em a actual casa da aula do sexo masculino ter mais 10 ou 11 metros do que o salão do padre mestre. De resto tudo uma mentira, tudo engano.

E dito isto, pronto a provar a quem se quizer dar ao trabalho de vir á Palhaça vêr uma e outra casa, porque só com uma vistoria se resolverá esta questão, devo voltar-me para o sr. inspector escolar de Anadia a pedir-lhe o cumprimento da sua promessa feita no dia 3 de Novembro proximo passado na casa da câmara e na presença da comissão.

O sr. Amorim veio á câmara, a pedido désta, não para tratar da questão da Palhaça, mas sim para resolver o pagamento da renda de duas casas daula, de que mais tarde me ocuparei. E visto o sr. Amorim encontrar-se ali a falar em questões escolares, mal parecia não abordar a questão da Palhaça. Os argumentos de s. ex.ª foram ali combatidos, como o serão em qualquer parte onde nos encontremos a discutir o assunto. E visto que foram combatidos os seus argumentos s. ex.ª prometeu, na presença de seis homens, vir á Palhaça em curto espaço, convidando a acompanhal-o alguns membros da comissão.

Porque não tem s. ex.ª cumprido essa promessa? O sr. Amorim disse na câmara que tencionava ocupar a casa do padre mestre com a escola do sexo feminino, visto que a câmara a tinha arrendado e é penna, disse, que os camaristas ali vão sem ganhar coisa alguma e além dos trabalhos terem ainda de pagar os prejuizos ao dono da casa. Destine v. ex.ª a casa a uma ou outra escola, porque não tem vindo s. ex.ª á Palhaça vêr a casa?

S. ex.ª sabe já que o professor Caládo não póde continuar na Palhaça, pelo menos na actual casa da escola do seu sexo.

E' s. ex.ª que o diz, foi s. ex.ª que o disse na câmara ao ter conhecimento do que o homem é na freguezia, o qué s. ex.ª disse ígnorar. Foi s. ex.ª que disse na câmara que o professor tem o dever de educar as creanças na escola e na rua o povo. E foi s. ex.ª que disse não consentir numa devassidão em que aí tem vivido o professor Caládo, afirmada por mim deante dos meus colégas. S. ex.ª disse tudo o que aí deixo dito, e não se move! S. ex.ª parece querer engulir tudo quanto seja contrário á lei. Para s. ex.ª a lei parece letra morta. E se ao menos não fôsse s. ex.ª a confessal-o!...

A devassidão do professor Caládo é aí apoiada por muita gente que diz não ser isso razão para mudar a escola ou mandal-o embora da freguezia. O sr. Amorim diz que provada a devassidão, êle não póde continuar na freguezía, seja nêste ou naquêle local. O sr. Caládo, por sua vez, diz que s. ex.ª não lhe póde levar isso em conta porque s. ex.ª tem mais culpas do que êle, nêsse particular.

Foi o que disse, o sr. Caládo deante de testemunhas que aí estão prontas a provar o dito, se fôr preciao. Assim o exemplo vem de cima e o sr. Amorim não póde cumprir com o que disse na câmara, em Oliveira do Bairro, no dia 3 de Novembro — *que a provar-se a devassidão do professor Caládo êle não poderia continuar nem mais um instante na freguezia.* Mas o sr. Caládo diz que, se por esse defeito não póde ser professor na freguezia, s. ex.ª não póde ser o inspector escolar de Anadia, porque é, diz, mais defeituoso do que êle. E' uma pandega que para alguem hade acabar triste. E eu vou-me encaminhando para andamento da pandega, já que outro remedio não tenho.

Palhaça, 9—12—1912.

Manuel de Mélo

Mais duas palavras a respeito da escola da Palhaça

O cidadão Mélo não refutou as principais inconveniencias da casa do cemiterio, uma das quais é a diferença da superficie; e é aí que está o gato néssa e em outras mais que lhe não convém falar. Alega que a casa da escola atual está situada no largo da feira, e que por isso se póde dar alguma desgraça, mas o que é certo é que ha 18 anos que a escola está no largo da feira, e ainda se não deu caso algum dêsses; e se se não deu até agora daqui em deante já se não dá, porque residindo eu na Palhaça facilmente troco o dia por uma quinta-feira para o que já obtive licença. Mas se vâmos a isso a do cemiterio está nas mesmas ou em peiores condições, porque a maior parte das creanças, á excéção duma duzia délas, se tanto, tem de atravessar o mercado para se transportarem, umas para Vila Nova, outras para a Palhaça, outras para o Roque, outras para o Rebolo, etc. De maneira que essa tambem se não aceita.

Diz tambem o cidadão Mélo, porque não sabe de que mais se hade lembrar, que ha pouca moralidade em volta da escola. Ora esse caso agora é que é um pouco mais sério!... Esse agora é que tem de ser averiguado; mas esse é para o tribunal; e para isso já o cidadão foi chamado á administração de Oliveira do Bairro. Esperaremos pelo resultado. O cidadão se tivésse sentimentos e vergonha, não encomodava mais o sr. Governador Civil de Aveiro, e os srs. Inspetor e Administrador de Anadia, etc. Ora que dirão estes ilustres funcionarios com um flagelo dêstes ha tanto tempo agarrado a êles para lhe passarem uma escola, frequentada por 90 e tantas creanças, para um fóco de 40m quadrados, e ainda para mais junto do cemiterio?

E que dirá tambem o sr. Administrador de Oliveira do Bairro vendo que o cidadão se dirige ao sr. Administrador de Anadia para tratar de assuntos que dizem respeito a este concelho? Parece incrivel, mas é verdade. O cidadão já não sabe de que meios se hade valer para conseguir os seus fins.

Ora o cidadão em parte tem razão, porque além de ter prometido passar a escola e protestado em todas as reuniões em que se encontra que hade vencer, embora o pôvo da freguezia vá todo de encontro á sua opinião, tem, segundo me censta 200$000 reis á sua disposição oferecidos pelo dono da casa do cemiterio para tratar disto a que êle chama questão. Mas qual questão nem meia questão? Aqui cumprem-se apenas as ordens do Govêrno cujo representante é o Inspetor do Circulo ao qual prontamente obdeço; mas não ao cidadão Mélo da fórma como êle exigia mandando-me pedir a chave da escola com duas testemunhas, para passar a mobilia para a dita casa do cemiterío que o cidadão arrendou por sua conta e risco, sem dêste facto dar conhecimento ao Inspetor do Circulo a quem competia fazer esse arrendamento. E como a não entreguei porque não era autorisado, será então por isso e por dizer as verdades que o cidadão me chama rancoroso?

Ou será por lhe ter aceitado dois filhos que o cidadão me mandou para a escola ignorando o cidadão que era obrigado a vir á escola entregal-os ao professor? E eu, em logar de lhos enviar para casa, aceitei-os, e por sinal, um dêles sem edade até, que só este ano entrou no recenseamento, e apezar disso, essa creança que só este ano devia entrar na escola, não deixa de estar na 3.ª classe, assim como o irmão, e com algumas probabilidades de fazerem este ano exame. Será então por me ter esforçado tanto e ter sido tão amoravel para com os seus filhos que o cidadão me chama rancoroso? Que ingratidão!... O cidadão se se conhecesse e soubésse a figura que faz envergonhar-se-ia do seu procedimento. E não imagine que essas infamias e calunias que me tem dirigido me fazem descer da minha dignidade; está enganado: os efeitos são precisamente o contrario.

Essas calunias ficariam melhor atribuidas ao carater do cidadão que já me vai ameaçando com uma ronda á escola receoso de que eu dê aos filhos o castigo que o pai merece. Descance que se não dá esse caso; a ilustração, a educação, os conhecimentos dum professor vão mais além; não imagine que um professor vai castigar um inocente pelas asneiras que o pae faz! Isso era exatamente o que o cidadão fazia se estivésse no meu logar. Diz mais o cidadão que eu não quero ir para o cemiterio, que tenho mêdo dos mortos. Pois está enganado; isso apenas me podia preocupar pelo facto da exalação dos measmas pela decomposição dos corpos; e se êles não prejudicam a saude, qual a rasão porque estão retirando os cemiterios das povoações, transferindo-os para logares distantes e colocando-os em pontos onde as correntes do ar não sejam tão frequentes nas ditas povoações?

E para que é então que a lei proíbe as escolas a menos de 100 metros de distancia dos cemiterios? E' que o cidadão ignora tudo isto; mas ainda que o não ignorasse, como sempre foi, é, e ha-de ser espirito de contradição, não atende ao que é justo. Diz tambem que eu minto em dizer que encontrei 3 alunos na escola do padre Seabra quando tomei posse. Que arrojo! Que atrevimento em me negar o que eu lhe posso provar com os proprios alunos que lá encontrei, que estão todos vivos, prontos para lho dizerem mesmo na cara se fôr preciso. Diz mais que quando a casa do cemiterio fôsse inundada com o inverno, naquéla aonde está a escola, me daria a agua pela cinta, em razão désta estar mais baixa. A diferença do terreno póde dizer-se que é a mesma; mas ainda que fôsse mais elevado, era muito natural dar-se este caso em razão das aguas não terem esgoto, segundo dizem os ultimos arrendatarios que de lá fugiram pelo mesmo motivo.

E não se admire disso, que bem elevada é a Serra da Estrela e não deixa de ter suas lagoas. Então a casa é tão bôa e tão bem situada e está sempre sem arrendatario? Aqui na Palhaça é para admirar, porque não ha aqui, a meu vêr, uma casa que não esteja habitada por muito ordinaria que seja.

Então diz o cidadão que fazerem-me sair do largo da feira é como quem me arranca os dentes da boca? Pois é completamente o contrario daquilo que diz.

Ainda tenho mais vontade de sair do largo da feira de que mesmo o cidadão tem de a levar para junto ao cemiterio. Já lhe disse nêste jornal, e repito: arranje uma casa superior a esta que eu vou imediatamente para éla, esteja éla onde estivér, se me autorisarem a isso. E para lhe provar que é verdade o que eu digo, vou-lhe até indicar uma em Vila Nova, que com algumas modificações que o proprietario está pronto a fazer, fica então uma casa completa. E olhe que esta casa dista do largo da feira perto dum kilometro. Ora já vê o empenho que eu tenho em estar nêste sitio. O cidadão bem se tem ralado para vender o seu peixe, mas por emquanto ainda o não conseguiu, o que não será facil emquanto continuar com essa desenfreada e desconcertada lingua peor do que um cavalo desencabrestado; é um faraó sem limites. O cidadão como representante politico da freguezia, devia ser mais moderado; olhe que não é com vinagre que se apanham moscas, ouviu? Já não estâmos no tempo da escravatura para levar o pôvo a chicote; a fazer sementeiras como está fazendo, afianço-lhe que em logar de colher rosas ha-de fatalmente colher espinhos. E sabe porque eu digo isto? Porque sei o quanto o pôvo désta freguezia está indignado com o seu procedimento. Eu podia aqui descrever os factos sucedidos, mas para ós leitores já é massada de mais.

Ficâmos por aqui.

Palhaça, 10 de Dezembro de 1912.

R. Caládo.

Recreio Artistico

Na fórma dos mais anos, esta associação local prepara-se para distribuir, no dia 25, um bôdo aos pobres das duas freguezias da cidade, tendo para isso já recebido bastantes donativos dos costumados subscritores.

O frio

Tem apertado estes dias e de tal modo, principalmente á noite, que toda a gente se vê na necessidade de recolher cêdo.

E' fruta do tempo.

Brazil

VINHOS DO PORTO

Experimentem os da casa

—**Rodrigues Pinho**—

Vila Nova de Gaia

(Proximo á Ponte de Baixo)

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

DEZEMBRO

DIAS	PHARMACIAS
22	ALLA
29	AVEIRENSE

CORRESPONDENCIAS

Pará, 24 de Novembro

Foi, no dia 3 do corrente, eleita a nova directoria da *Beneficente Portuguêsa*, que administrará as finanças daquéla benemérita instituição durante o ano de 1913.

Esperâmos que a nova Directoría substitua as irmãs da caridade, por enfermeiros civis, visto como está mais que demonstrado que as tais *irmãsinhas* impõem aos doentes, orações, missas, confissão, etc.

= Está indigitado para futuro governador dêste Estado, o sr. Enêas Martins.

= Foi arbitrado pelo Senado Estadoal, que o subsidio do governador seja de 20 contos anuais em ouro, excluindo a representação.

Tambem foi arbitrado ao intendente de Belem (Câmara Municipal) o subsidio de 38 contos anuais incluindo a representação.

= A *Liga Portuguêsa de Repatriação*, mandou para as suas terras, a expensas suas, até ésta data, nada menos de 105 pessoas doentes e sem recursos monetários.

Devemos dizer em abono désta benemérita associação, a quem se deve a repatriação de muitos portuguêses os quais teriam de ficar por cá sem nunca mais tornarem a vêr as pessoas de sua familia, caso éla não existisse.

E' necessario, pois, que o govêrno português pônha os olhos nêste quadro de miseria e faça estacionar a imigração para este Estado ou então conceda um subsidio á *Liga* para esta poder mandar para Portugal todos aqueles que aqui se não dão.

= Foi ordenado pelo govêrno português, que todos os portuguêses ausentes, para bem dos seus interesses, requeiram aos nossos consules a inscrição dos seus nomes no livro dos consulados, mediante uma *pequena esportula de 9$000 réis*, mas como a tal arvore das patacas já secou, é cláro que serão poucos aquêles que pagam tal quantia, visto com o passapórte poderem provar que são portuguêses.

No tempo da defunta monarquia este serviço era gratis. Porque o não continúa sendo agora?

= Deu-se aqui, ha pouco, um desfalque na estação telegrafica, na importancia de 20 contos, sendo presos por esse motivo o chéfe e um telegrafista de 2.ª classe.

= Os ultimos vapôres, chega-

A ULTIMA HORA

Uma iniquidade --- A Republica absolvendo "escrocs,, --- A justiça militar em fóco --- Repto

Depois de concluido o nosso jornal chegou-nos ás mãos o CAMALEÃO, orgão da FIRMINADA, que anuncía ter sido finalmente arquivado, POR NÃO HAVER FUNDAMENTO ALGUM PARA PROSEGUIR, o processo instaurádo, por burla, contra o medico miliciano Pereira da Cruz, bordando sobre o caso considerações que a falta de tempo nos inibe hoje de comentar.

Triunfou, pois, a imoralidade!

Porque, apezar de tudo, nós continuarêmos a chamar ao sr. Pereira da Cruz um "escroc,,, nós continuarêmos a acusar o sr. Pereira da Cruz de ter burládo individuos com a promessa de os livrar do serviço militar, recebendo em paga dinheiro, contádo ás dezenas de mil réis, e géneros alimenticios com que as pobres vitimas ainda o presentiávam.

Findou o primeiro acto, que foi de enxovalho para a Republica.

Vai seguir-se o segundo que déve ter o seu epilogo no tribunal judicial désta comarca onde desafiâmos o sr. Pereira da Cruz a que nos chame para castigo das CALUNIAS e INFAMIAS que sobre êle temos bolsádo. E' lá, é nêsse tribunal e perante um juri de consciencia recta sobre o qual não possa haver pressões de espécie alguma, alheado da politica partidária, que nós queremos ir responder, que nós queremos ir apresentar as próvas de tudo quanto aqui se tem escrito do sr. Pereira da Cruz e que é a expressão da verdade como tal proclamada por uma infenidade de testemunhas.

O sr. Pereira da Cruz tem o dever moral de, sem perda de tempo, intentar esse processo contra nós. Reptamo-lo a isso. Ou não seja aquêle homem de ALEVANTADA ESTATURA MORAL de que o CAMALEÃO nos fala...

Vâmos, sr. Pereira da Cruz, chame-nos aos tribunaes!

Nunca nos curvâmos deante dos previlegiádos da fortuna e o sr. Pereira da Cruz é-o, evidentemente, porque conseguiu que a Republica, que os homens que a deviam respeitar, não a desprestigiando, passassem um diplôma de honrado a um criminoso, a um "escroc,,, diplôma que apezar de tudo os proprios factos se encarregam de manchar indelévelmente.

E' que toda a gente está convencida de que a solução dada ao procésso que lhe foi instaurado não representa mais do que um favor, como se ha de demonstrar.

---

dos de Lisboa, têm conduzido grande numero de passageiros, vindo nos tres ultimos, em cada um 435, 510 e 516 entre homens, mulheres e creanças.

A maioria destes passageiros não encontram aqui colocação em vista da crise que o Pará e Manáos estão atravessando, pelo que são obrigados pela força das circunstancias a retirar para o interior aonde as fébres abundam e os liquidam em pouco tempo.

Efeitos da ambição ou da falta de trabalho aí?

C.

Pinheiro, 9

(Retardada)

A campanha de moralidade que o *Democrata* vem ha tempo sustentando, na parte referente ao livramento de mancebos do serviço militar a 50$000 réis, tem por aqui excitado a opinião pública, visto que uma grande parte da população conhece o sistêma, pois daqui e por todo o concelho sabe-se que muitos rapazes têm, por esse meio de corrução, deixádo de pagar o sagrado tributo de sangue.

O que vae porém admirando, é que a situação se prolongue sem um desenlace final que se impõe fatal, infalivelmente.

Ou o sr. Pereira da Cruz responde por o que é acusado, ou péde responsabilidades a quem o acusa. Ainda ha dias por estes sitios esteve um parasita qualquer, defensor e amigo do acusado que, divagando com a sua reconhecida vastidão de conhecimentos de taberna, entre um *rijão* e um avantajado *marquês*, declarou que—*malhariam com os ossos na cadeia tantos quantos responsabilidades tivessem no caso atribuido ao primeiro medico do distrito*...

E' justamente isso que precisâmos vêr, para assim avaliármos onde está a... justiça!!

= Realisou-se o funeral do sr. Isauro Jorge Pereira, tendo vindo de Lisboa o cadaver, que foi sepultado no cemiterio de Alquerubim.

O funeral foi concorridissimo.

Foram depostos varios *bouquets* e *corôas*, entre élas uma de lirios e miosotes com a dedicatória—Saudade—J. Lemos, Julio de Castro, F. Castro, A. Fáca e O. Lemos. Conduzia a chave do féretro o dr. José Pereira de Lemos, administrador do concelho e amigo intimo do finádo, que, regressando de Africa, sucumbiu após a sua chegada á capital, sem trocar o amargo abraço de triste despedida com aqueles que eram o seu enlevo.

A sua desoláda familia nomeadamente a sua irmã D. Maria Lucia Pereira, as nossas sentidas condolencias.

= Tambem faleceu a mãe do nosso amigo Antonio Correia.

No préstito funebre encorporou-se a musica *Velha União*, a irmandade de S. Miguel, conduzindo a chave o sr. Antonio de Brito e a toalha o sr. José Linhares.

Os nossos pêsames aos enlutados.

= Regressaram á capital após uns dias de demora por aqui, de visita aos seus, o nosso bom amigo Antonio Pires Linhares e esposa.

= Sofrendo os efeitos dum encomodo de saude, que fazemos votos para que seja passageiro, acham-se de câma os nossos particulares amigos Francisco de Sousa e Castro e José de Oliveira Matoso, de Beduido.

C.

* * *

Idem, 17

No sabado passado sofreu uma melindrosa operação no pescoço a esposa do sr. Manuel Abreu.

Foi operador o distinto medico de Aveiro, sr. dr. Lourenço Peixinho tendo como coadjuvante o habil clinico sr. dr. João Pereira da Graça e ajudante o farmaceutico aqui estabelecido, sr. Antonio de Brito.

A operação, que foi em demasía dificil, é das mais perigosas que a cirurgía regista, o que veiu sem dúvida confirmar a reconhecida competencia do habil operador, que felizmente viu coroádo do melhor exito o seu trabalho conseguindo assim salvar a doente de uma morte inevitavel.

= Deu-nos ontem o prazer da sua visita o sr. capitão Geraldo, que de Penafiel, onde reside, vem com sua ex.ma esposa e filhos passar as férias do Natal no visinho logar de Paus.

Apresentâmos-lhe os nossos cordeaes cumprimentos.

C.

Alquerubim, 9

(Retardada)

Chegou ontem aqui o cadaver do sr. Isauro Jorge Pereira, que faleceu, ao chegar a Lisboa, a bordo do vapôr *Loanda*.

Vinha de Benguela, onde era gerente da casa comercial Silva, & Lopes.

O funeral teve logar ás 16 horas. O cadaver ficou depositado no jazigo de familia do sr. Comendador João Corrêa de Mélo.

Aos dorídos os nossos pêsames.

= Estão muito adeantadas as obras da igreja désta freguezia.

= Os ladrões continuam praticando as suas proezas, sem que sejam apanhados para dár contas á justiça. A noite passada fôram assaltar o galinheiro das pobres Borrosas, a quem só podéram levar um frango por serem presentidos.

C.

Palhaça, 25

Temos obrigação de trabalhar até morrer.

Foi assim que se expressou o digno governador civil do distrito, sr. Julio Cesar Ribeiro de Almeida, ao contarmos-lhe, desanimados, a injustiça que se preparava para o povo da Palhaça—a perda do rendimento dos mercados mensal e quinzenal. Não foi, pois, até morrer, mas até conseguir a separação dos bens da junta dos do Estado que sua ex.ª trabalhou incansavelmente. Depois de uma ausencia de tres mêses ao estrangeiro, onde foi procurar alivio para os seus sofrimentos, donde regressou com bastantes melhoras, sua ex.ª viu com bastante desgosto, que a questão dos mercados da Palhaça que tanto recomendára ao ausentar-se para o estrangeiro, havia sido posta no segrêdo, quasi sepulcral, onde jázem muitos processos anos e anos sem que dêles os interessados tornem a ter noticias, nem ao menos saibam como por lá os tratam. Por isso e porque assim acontece com muitos processos, o sr. governador civil, ao ser informado pelo nosso amigo sr. Capitão Viégas de que em Lisboa não havia solução alguma sobre a questão da Palhaça, apresentou-se no ministério até que conseguiu parecer favoravel nésta questão, que custaría os olhos da cara a este bom povo da Palhaça, povo na sua maior parte ingenuo, mas povo honrado, povo que ha-de saber agradecer aos que por êle, pelos seus interesses, se sacrificam.

Fica, pois, na pósse e administração da junta o rendimento do mercado.

Que desgosto não déve sentir a ésta hora éssa gente cá da freguezia, éssas almas danádas que ainda ha pouco se atraveram a dizer que quem escreve éstas linhas era o principal autôr do roubo de que a freguezia tinha sido victima! Rudo isso para convencer o povo, que dêles está afastádo e que cada vez mais se afastará. Vêem-se perdidos, vêem que não pódem fazer do povo o mesmo escrávo doutros tempos, não põem dúvida em difamar, em caluniar os que por ésta terra trabalham como bons filhos adoptivos.

Ráça maldita, reaccionários, bandalhos, não tendes pêjo nem vergonha de vos abeirardes do povo depois de o convencerdes que o rendimento dos mercados se ia embora e que a culpa éra do rabiscador déstas linhas!

Que dirão agora éssas almas danádas?

Ainda terão a pouca vergônha de abrir a bôca para continuar mostrando a lingua nêgra?

Bandidos! que só nas profundêsas do inférno é o vosso logar.

C.

Oliveira de Azemeis, Loureiro, 17

Causou aqui enorme sensação o artigo publicado no *Democrata* de 6 do corrente com referencia ao deputado Barbosa de Magalhães. Porém, a nós nada nos surpreendeu. Era mesmo o que esperávamos desde que vimos nésta freguezia os mais ferrenhos inimigos da Republica elogiar muito o seu nome e desde então começar aqui a desenvolver-se uma politica que á Republica tem causado gráves prejuizos moraes e materiaes.

No dia 6 um dos clarins que se encarrega de fazer a apologia do falido partido progressista dizia publicamente aos seus amigos que dentro em bréve o sr. conde de Agueda éra quem mandava tudo. A 15 um dos membros, nomeados pela câmara, da comissão avaliadora para a organisação da matriz nésta freguezia, vindo dos lados de Vagos, encontrou cérto sugeito a quem atribuiu o *crime* de em junho ultimo ter escrito na *Liberdade* um artigo contra êle. O suposto *criminoso* alegou que não tinha escrito nada, mas que o mesmo só continha verdades visto o interpelante ter sido sempre um inimigo da Republica e como tal reconhecido pelos verdadeiros republicanos.

Não tem que vêr; mas são estes os meninos bonitos que caíram nas bôas graças dos dirigentes e tudo o mais é droga.

Francamente: nunca suposémos assistir ao que por toda a parte se está dando com o desprestigio da Republica.

S. F.

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco* e *Kiosque Elegante*, no Rocio.

Anuncios

Manuel Vieira dos Santos

Negociante de cobertores e queijo da Serra, fornecedor de bacêlos americânos das melhores qualidades. Enchertos e barbádos, garantidos.

Preços sem competencia.

COSTA DO VALADE

Trespasse

Trespassa-se a antiga e bem afreguesada Confeitaria e mercearia da falecida Maria de Ascensão Carvalho e Silva.

Quem pretender póde dirigir-se a Antonio Augusto da Silva, na rua do Gravito—Aveiro.

Loteria

DA

Santa Casa da Misericordia de Lisboa

240:000$000 REIS

Extracção a 24 de Dezembro de 1912

Bilhetes a 100$000 reis
Quadragesimos a 2$500 reis

A tesouraria da Santa Casa incumbe-se de remeter qualquer encomenda de bilhetes ou vigesimos, logo que seja recebida a sua importancia e mais 75 reis para o seguro do correio.

Os pedidos devem ser dirigidos ao tesoureiro, á ordem de quem devem vir os vales, ordens de pagamento ou outros valores de pronta cobrança.

A quem comprar 5 ou mais bilhetes inteiros desconta-se 3 % de comissão.

Remetem-se listas a todos os compradores.

Lisboa, 19 de Novembro de 1912.

O tesoureiro,

L. A. de Avelar Téles.

ARREMATAÇÃO

(1.ª PUBLICAÇAO)

No dia 12 do próximo mês de Janeiro de 1913, pelas 11 horas, á porta do Tribunal Judicial désta comarca, sito á Praça da Republica désta cidade, e nos autos de execução por custas e sêlos em que é exequente o Magistrado do Ministério Público nésta comarca e executádo Manuel Marques Fernandes, solteiro, maior, lavrador, residente no logar de Sarrazóla, freguezia de Cacia, se ha-de proceder á arrematação em hasta pública afim de ser entregue a quem maior lanço oferecer acima da sua avaliação, do seguinte prédio, pertencente e penhorádo ao executado:

Uma praia de junco, sita em Perícos, freguezia de Cacia, avaliáda na quantia de cento e oitenta mil réis.

Pelo presente são citados quaesquer crédores incértos e outras pessoas que se julguem com direito ao producto da arrematação para assistirem á praça e deduzirem os seus direitos, querendo.

Aveiro, 12 de Dezembro de 1912.

Verifiquei,

O Juiz de Direito,

Regalão

O escrivão do 5.º oficio

Julio Homem de Carvalho Cristo.

Editos de 30 dias

(1.ª publicação)

Por este Juizo e cartorio do escrivão do quarto oficio — Flamengo, nos autos de inventario orfanologico a que se procéde por falecimento de Joana Simões Pereira, casada, que foi moradora no logar de Mataduços, freguezia de Esgueira, désta comarca, e em que é cabeça de casal, Maria Marques da Costa, casada, filha da falecida, do mesmo logar, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação dêste, no respectivo jornal, chamando e citando o interessado João Marques da Costa, solteiro, maior, negociante, ausente em parte incerta do Pará, filho da inventariada, para assistir a todos os termos até final do mencionado inventário e nêle deduzir os seus direitos, nos termos da lei, sob pena de revelia.

Pelo presente são tambem citadas todas e quaesquer pessoas incertas que se julguem interessadas no mencionado inventário para nêle deduzirem os seus direitos.

Aveiro, 12 de Dezembro de 1912.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão

O escrivão do 4.º oficio

João Luis Flamengo.

Atelier de Modista por córte sistêma francês

Nêste atelier executam-se todos os trabalhos, por figurinos por muito dificeis que sejam, quer para senhoras, quer para creança, assim como se executam enxovaes para noivos, garantindo-se o bom acabamento e modicidade nos preços.

Tambem se dão *lições* do mesmo *córte*, por preços combinados.

R. do Gravito, antiga casa do Asilo